

**A LEITURA COMO PRÁTICA PARA PRODUÇÃO DO TEXTO ESCRITO  
E DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE EM UMA ESCOLA  
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL EM SANTARÉM – PA: UMA  
EXPERIÊNCIA DOCENTE**

*READING AS A PRACTICE FOR THE PRODUCTION OF WRITTEN TEXT AND  
DEVELOPMENT OF ORALITY IN A STATE ELEMENTARY SCHOOL IN SANTARÉM - PA: A  
TEACHING EXPERIENCE*

Clêdison Sousa Pinto<sup>1</sup>  
Heliud Luis Maia Moura<sup>2</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho teve seus princípios básicos norteados a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, através das observações realizadas em sala de aula, na disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Onésima Pereira de Barros, sobre a leitura como instrumento para construção do texto escrito e desenvolvimento da oralidade. Por meio desta investigação, pode-se refletir e vislumbrar ações pedagógicas praticadas com êxito pelo educador no Ensino Fundamental, no âmbito da Escola pública, visto que, ela ofereceu um momento privilegiado em que o estudante aprende e o professor exerce seu papel de educador em sala de aula. Desta maneira, durante as observações, conviveu-se com o cotidiano do fazer pedagógico, onde se oportunizou a realização da diagnose/caracterização das aulas de língua portuguesa, investigando o seu contexto educativo da prática da leitura, da produção textual e da exposição oral dos alunos, culminando com a elaboração dos resultados desta pesquisa. Assim, o trabalho possui como objetivo geral mostrar o processo que envolve a leitura com suporte essencial para a construção do texto escrito e para desenvolvimento da oralidade. A pesquisa tem como objetivos específicos conhecer os princípios que norteiam a leitura; como também, compreender o processo que envolve a construção do texto escrito; e identificar a contextualização que norteia a oralidade e a exposição oral no ensino fundamental. Dessa forma, buscou-se mostrar a importância do ensino inovador voltado para a leitura, a produção textual e a oralidade dos alunos. Observando e participando deste processo de investigação sobre o ensino educacional de uma Escola Pública de Ensino Fundamental na Região Norte do Brasil.

**PALAVRAS – CHAVE:** Ensino Fundamental; Leitura; Produção Textual; Oralidade.

## **ABSTRACT**

The present work had its basic principles guided by bibliographic, documentary and field research, through observations made in the classroom, in the discipline Portuguese Language, in Elementary School, at the State School of Elementary and High School Professor Onésima Pereira de Barros, on reading as an instrument for the construction of written text and development of orality. Through this investigation, it is possible to reflect and glimpse pedagogical actions successfully practiced by the educator in elementary school, within the scope of the public school, since it offered a privileged moment in which the student learns and the teacher exercises his role as an educator in classroom. In this way, during the observations, the daily practice of teaching was coexisted, where the diagnosis / characterization of the Portuguese language classes was made possible, investigating their educational context of the practice of reading, textual production and the oral exposition of the students, culminating in the elaboration of the results of this research. Thus, the work has as general objective to show the process that involves reading with essential support for the construction of the written text and for the development of orality. The research has as specific objectives to know the principles that guide reading; as well as, understand the process that involves the construction of the written text; and to identify the contextualization that guides orality and oral exposure in elementary education. Thus, we sought to show the importance of innovative teaching focused on reading, textual production and orality of students. Observing and participating in this research process on the educational teaching of a Public Elementary School in Northern Brazil.

**KEY WORDS:** Elementary School; Reading; Text production; Orality.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Letras, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

<sup>2</sup> Professor (Orientador) do Colegiado de Letras na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

## 1 INTRODUÇÃO

O professor é um formador de opinião e nesse sentido, deve ter formação adequada para adquirir competências comportamentais com o objetivo de executar esse conhecimento. Ele deve ver a sala de aula como um local em que deve agir intelectualmente, buscando representar um compreendedor e superador de conflitos, desenvolvendo suas habilidades pedagógicas para conduzir a turma adequadamente.

O docente pode refletir a sua prática educacional, não apenas como seu objeto de trabalho, mas também como seu objeto transformador da realidade social. Neste pressuposto, o desígnio é fazer difusão da sabedoria científica, sendo que este conhecimento é resultado da produção das pesquisas científicas. Assim, sendo o professor instrumento transformador necessita ter formação docente ou é preciso buscar incessantemente o aprendizado, saberes necessários a práticas educativas.

Nesse sentido, o presente trabalho teve seus princípios básicos norteados a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, através das observações realizadas em sala de aula, na disciplina Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Onésima Pereira de Barros, sobre a leitura como instrumento para construção do texto escrito e desenvolvimento da oralidade.

Por meio desta investigação, pode-se refletir e vislumbrar ações pedagógicas praticadas com êxito pelo educador no Ensino Fundamental, no âmbito da Escola pública, visto que ela ofereceu um momento privilegiado em que o estudante aprende e o educador exerce seu papel de educador em sala de aula. Desta maneira, durante as observações, conviveu-se com o cotidiano do fazer pedagógico, onde se oportunizou a realização da diagnose/caracterização das aulas de língua portuguesa, investigando o seu contexto educativo da prática da leitura, da produção textual e da exposição oral dos alunos, culminando com a elaboração dos resultados desta pesquisa.

É necessário que o professor educador possa ter uma formação de qualidade, para que a partir daí possa repassar uma formação cidadã crítica capaz de transformar o meio social que se vive. Assim, o trabalho possui como objetivo geral mostrar o processo que envolve a leitura com suporte essencial para a construção do texto escrito e para desenvolvimento da oralidade.

A pesquisa tem como objetivos específicos conhecer os princípios que norteiam a leitura na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Onésima Pereira de Barros; como também, compreender o processo que envolve a construção do texto escrito e identificar a contextualização que norteia a oralidade e a exposição oral. Neste sentido, buscou-se mostrar a importância do ensino inovador voltado para a leitura, a produção textual e a oralidade dos alunos, em sala de aula.

Observando e participando deste processo de investigação sobre o ensino educacional de uma Escola Pública de Ensino Fundamental na Região Norte do Brasil, percebeu-se que o ensino da língua materna não pode ficar preso apenas aos livros didáticos. A pesquisa procurou responder as questões norteadoras, onde foram feitos os seguintes questionamentos: A prática da leitura é necessária para o desenvolvimento da escrita do aluno no Ensino Fundamental? A produção textual do aluno no Ensino Fundamental pode acontecer sem o auxílio prévio do conhecimento teórico das ciências? O professor exerce papel relevante perante o aprendizado e desenvolvimento da leitura, da produção textual e da oralidade?

O trabalho mostra que depende de o educador ter a perspicácia de trabalhar formas variadas de apoio pedagógico, levando-os para a sala de aula essa diversidade de informações, onde seu aluno possa trabalhar temáticas que tratem do seu cotidiano regional, social e cultural. Assim, a competência pedagógica juntamente com os valores éticos e morais, formam cidadãos capazes de produzir e construir sua própria identidade.

## **2 A CONCEPÇÃO DE LÍNGUA**

A Língua é um artefato histórico, construído coletivamente ao longo dos anos. Desta forma, tornando-se um Patrimônio importantíssimo da humanidade. Sabe-se que a atividade linguística produz a maior parte do conhecimento da sociedade humana. Segundo Oliveira (2009), é através desses processos que são construídos os sistemas simbólicos que propiciam a ação humana sobre a natureza e sobre os outros homens.

Entretanto, as línguas são uma das maiores expressões de diversidade que a humanidade tem e muitos países possuem comunidades linguísticas distintas, são aproximadamente 6.800 línguas distribuídas pelo mundo. Assim, apenas oito deles concentram mais da metade das línguas da Terra, entre eles está o Brasil. São eles: Papua Nova-Guiné, Indonésia, Nigéria, Índia, México, Camarões e Austrália.

No Território Nacional são faladas cerca de 210 línguas e muitos Brasileiros que não utilizam o português como o principal meio de comunicação. Dessa forma, em nosso País, existe uma estimativa de 190 línguas são línguas indígenas e de vários troncos linguísticos, como: Apurinã, Xokleng, Iatê, Tupy e Calibi (Wai Wai). Assim, cerca de 20 são línguas de imigração, dentre elas estão: o alemão, o italiano, o espanhol falado nas fronteiras do Brasil com países sul americanos e o japonês.

De acordo com Oliveira (2009), observa-se que a diversidade e a pluralidade das Línguas no Brasil deveriam ser tratadas de forma mais respeitosa e abrangente, no que diz respeito à conservação de nosso patrimônio linguístico. No entanto, o descaso com essa questão é histórico e repassada de uma geração para outra.

Em síntese, o Marques de Pombal atacou as línguas indígenas, especialmente a Língua Geral, conhecida como Tupi (Nheengatu), que era falada na maioria do território nacional, no seu período de governo; nesta mesma linha de pensamento, Getúlio Vargas empregou suas ações nas línguas de imigração, com ênfases importantes contra as línguas indígenas.

Estima-se que cerca de 1.080 línguas eram faladas no Brasil, em 1500, das quais restaram hoje apenas 190. Assim, muitos idiomas desapareceram sem deixar vestígios, já que se tratava de formas sem escrita. Assim, as línguas foram e são prejudicadas por políticas culturais ou as chamadas políticas linguísticas, de proibição, de desautorização, de exclusão da escola; que defendem a ideia de que no Brasil temos que ter uma língua padrão. Ou seja, “A Política de Língua Única”.

Por outro lado, a Constituição de 1988 incorporou pela primeira vez na história o reconhecimento dos povos indígenas como etnias que têm o direito coletivo à sua cultura e à sua língua, provocando assim um determinado rompimento com a Política de Integração que existia no País desde o período Colonial.

No entanto, esse processo de reconhecimento linguístico é longo e pode se arrastar por muitos anos, uma vez que os povos considerados “indígenas” que vivem aldeados são tutelados pelo Estado Brasileiro. Assim, todo e qualquer reconhecimento linguístico ou cultural desses povos, depende da política do Governo Federal.

Apesar da formulação da perspectiva fundamental de reconhecer os Direitos Linguísticos das comunidades de brasileiros que falam outras línguas em 1990, em

conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos apresentada pela UNESCO na Conferência de Barcelona em 1996, é traduzida e publicada no Brasil apenas em 2003.

Torna-se claro que os direitos linguísticos indígenas não foram estendidos aos falantes de outras línguas brasileiras, muito especificamente as que não são escritas. Assim, Línguas brasileiras são dialetos falados em todo o território nacional por comunidades linguísticas de cidadãos brasileiros, sejam elas, indígenas, quilombolas ou nipo-brasileiras.

O Livro de Registro das Línguas reúne as condições, como instrumento de Estado e Cidadania, para a elaboração de uma Política Nacional de Línguas Minoritárias, incluindo-se aí toda a riqueza das formas orais populares do português. Apesar de que esse procedimento de registro linguístico já é realizado por outros Países, onde nossas línguas foram registradas e estudadas (OLIVEIRA, 2009, p. 12).

Apesar de possuímos condições para desenvolver estudos e pesquisas linguísticas variadas, em inúmeros lugares de nosso vasto país, essa decisão é meramente política e torna-se com o passar dos anos inviável aos olhos do Poder Público Federal.

Considerando a citação de Luiz Antônio Marcuschi, argumento a favor da inserção de uma visão de ensino de língua que possa romper com os paradigmas puramente normativos, nos quais os sujeitos, nas situações de ensino/aprendizagem, se deparam com uma noção de língua estática, reificada e homogênea, com desdobramentos já de insuficiência e déficit para os aprendizes, os quais precisam enfrentar situações reais e complexas de uso de língua na sociedade (MOURA, 2017, p. 453)

A situação do conhecimento científico a respeito das línguas faladas em nosso território torna-se restrita a pequenos grupos de entusiastas que ainda buscam o conhecimento dos distintos falares do povo brasileiro. Dessa maneira, o ensino de língua deve ter uma maior abrangência e reconhecimento por parte dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, como também, dos próprios docentes que as ensinam, para que assim, essa situação fragmentada do ensino, possa a ter melhor desenvolvimento para a sociedade brasileira.

Para Oliveira (2009), “não são os homens que existem para servir às línguas, são as línguas que existem para servir aos homens”. No entanto, para que isso ocorra, precisamos reconhecer as línguas e através delas o que é mais importante. Assim, precisamos formular uma Política Cultural Linguística que reconheça todas as línguas de todos os brasileiros. Existe a necessidade urgente de o Governo Brasileiro ter uma visão mais acadêmica e cultural sobre esse importante aspecto da diversidade constitutiva do Brasil. Entretanto, essa

característica não é só racial, étnica, de gênero, regional, a diversidade também é linguística.

## 2.1 O Ensino de Língua Portuguesa

Segundo Teixeira (2011), especialistas e professores concordam que o principal objetivo do ensino de língua portuguesa deva ser o de ampliar a competência comunicativa/discursiva dos alunos, ou seja, a capacidade de compreender e de produzir diferentes gêneros textuais nas diversas situações de interação sócio comunicativa.

Neste sentido, muitos paradigmas tradicionais de ensino da língua portuguesa estão sendo quebrados, uma vez que o papel do professor passa a ser na contemporaneidade, de mediador do conhecimento. Dessa maneira, instigando o aluno a buscar novos saberes e conhecimentos, através de inúmeros suportes que a modernidade das mídias oferece.

Com isso, as atividades de leitura e de produção textual têm ocupado cada vez mais espaço nas aulas de português. Para Teixeira (2011, p. 164), embora muitos professores ainda não tenham, na prática, conseguido privilegiar essas atividades, ninguém pode discordar de que estas são essenciais no ensino de língua materna.

As concepções de ensino de língua que respaldam determinadas práticas em circulação na escola, infelizmente, ainda se apresentam como modelos ou parâmetros a serem seguidos pelos professores, ao mesmo tempo que lhes retiram a possibilidade de construir outras concepções e de, conseqüentemente, levar a mudanças que sejam mais significativas, de forma a se produzirem, efetivamente, efeitos mais positivos para os cidadãos que integram o espaço escolar; no caso, os alunos e professores. Estes devem ter a autonomia necessária para intervir em práticas já estabelecidas e engessadas (MOURA, 2017, p. 458).

No entanto, de acordo com Moura (2017), “essa revolução só poderá acontecer com investimento pesado na formação dos docentes, tanto daqueles que atuam em sala de aula, quanto dos que desempenham funções administrativas e pedagógicas”. Assim, entende-se que, para que esse processo revolucionário venha a se tornar efetivo, torna-se necessário que as partes que englobam a educação, no âmbito nacional e regional, estejam em comum acordo, para o bem maior, que é a educação.

Tornam-se necessários investimentos por parte do Estado Brasileiro na universidade pública, e esta por sua vez, fazer valer esse investimento, dando retorno a sociedade, em relação à preparação do professor que irá trabalhar o ensino nas escolas, seja ele de um modo geral ou no ensino de língua portuguesa.



Em concordância com a língua, o seu ensino é, e deve ser eclético, mutável e adaptável aos avanços que ela deverá trazer consigo, pois, a língua é viva, é transitória e não estanque. O educador moderno de língua portuguesa deve se adequar ao novo, aos avanços da contemporaneidade, do ensino e das mudanças linguísticas, para poder dar aos seus alunos o suporte necessário para que o ensino possa fluir em consonância com o ritmo frenético da educação em constante modificação.

Para com Libâneo (2006, p. 24), o processo educativo que se desenvolve na escola pela instrução e ensino, consiste na assimilação de conhecimentos e experiências acumuladas pelas gerações anteriores no decurso do desenvolvimento histórico social. Assim, para tornar efetivo o processo educativo, é preciso dar-lhe uma orientação sobre as finalidades e meios de sua realização, conforme opções que se façam quanto ao tipo de homem que se deseja formar e ao tipo de sociedade a que se aspira.

O professor de língua portuguesa, como sujeito que não apenas reproduz, por ser também sujeito do conhecimento, pode, por meio de uma reflexão crítica, fazer do seu trabalho em sala de aula, um espaço de transformação. Dessa maneira, é na ação refletida do educador e no redimensionamento de sua prática que é possível, ao docente, ser agente de mudanças, na escola e na sociedade.

## **2.2 Trabalhar com os Signos no Ensino da Língua Materna**

Quando se fala da relação à pesquisa linguística e a teoria linguística (ou gramática) que ela produz, segundo Travaglia (2003), por um lado, é o ensino, por outro, pensamos quase automaticamente no ensino de língua materna e estrangeira no Ensino Fundamental e Médio, e também na Universidade, nos cursos de Letras. Assim, podemos pensar ainda no ensino de tradução, de terminologia, de formação de profissionais de diversas áreas, e mais especificamente de tradutores, interpretes, secretários, jornalistas, revisores, etc.

Seja qual for à perspectiva que se tem em mente para o ensino de signos em língua portuguesa, parece-nos que uma questão fundamental é trabalhar com todas as possibilidades possíveis. Nesse sentido, dentre elas, paira-nos a questão, se o professor vai trabalhar com a forma ou com a significação dos elementos linguísticos e em que medida vai priorizar uma ou outra.



De acordo com Bezerra (2010, p. 40), com o avanço dos estudos linguísticos proporcionados pela linguística e suas subáreas e dos estudos sobre aprendizagem, muitas teorias são propostas para descrever ou para explicar a língua e para escrever o processo de ensino aprendizagem. No entanto, esses estudos estão a desenvolverem-se, eles não são estanques, pois, a língua é viva, se desenvolve, modifica-se e os estudos da linguística seguem esse desenvolvimento.

Muitos pontos básicos dessas teorias possuem ação direta com o ensino do português, estes por sua vez são representados pelas contribuições teóricas sobre letramento e gêneros textuais, como também, pela presença de textos da mídia eletrônica no ensino da língua portuguesa. Assim, o novo e o moderno devem ser vistos como um processo que pode auxiliar o educador e não como um entrave para o ensino da língua portuguesa.

Dessa maneira, para Libâneo (2006, p. 33), a didática e as metodologias específicas das disciplinas, apoiando-se em conhecimentos pedagógicos e científico-técnicos, são disciplinas que orientam a ação docente partindo das situações concretas em que se realiza o ensino.

Podemos dizer que, tradicionalmente, a opção da escola brasileira tem sido essencialmente trabalhar com os ensinamentos linguísticos no plano da forma e pouco ou nada com a dimensão do significado/significação/sentido. Assim, existe a necessidade de se trabalhar com o significado no ensino de língua materna, mesmo que o tradicionalismo do ensino nos remeta ao contexto do ensino gramatical puro.

A competência comunicativa é a capacidade ou habilidade de usar a língua de forma adequada às diferentes situações de interação comunicativa a fim de produzir, usando textos, os efeitos de sentido desejados em cada situação de interação para se comunicar com o outro. Basicamente se desenvolver a competência comunicativa, levando a pessoa a ser capaz de usar cada vez um maior número de recursos da língua, de forma adequada à produção de efeito de sentido nas situações de comunicativa (TRAVAGLIA, 2003, p. 13).

Através da comunicação textual o aluno é capaz de desenvolver de forma sistemática um maior número de pressupostos de recursos da língua portuguesa, onde sua forma de comunicação poderá lhe levar a caminhos inusitados dentro de um determinado contexto. Dessa maneira, a produção textual nos apresenta uma gama de recurso de livre expressão, para que seu usuário, independentemente de sua oralidade, possa usar seus recursos livremente.

No entanto, se a competência comunicativa é a habilidade de constituir textos adequados a uma dada situação de interação para se comunicar por meio da produção de um efeito de sentido pretendido, e temos que desenvolvê-la, percebe-se que é impossível atingir este desenvolvimento sem trabalhar a dimensão significativa da língua, ou seja, sem trabalhar, com o aluno, a compreensão de como os recursos e os tipos de recursos da língua atuam como pistas e instruções de sentido, enfim, sem trabalhar com as condições linguísticas da significação.

O educador deve sempre buscar levar em conta todos os suportes educacionais que o seu educando dispõe para sua produção textual, de forma, que todos os contextos explorados em sala de aula devem ser observados por uma ótica imparcial, levando em conta a gama de conhecimento adquirido por parte do aluno. Assim, antes de quaisquer cobranças por parte do professor, este deverá incentivar o conhecimento geral e específico de seu aluno, para se chegar a um denominador comum, que será o conhecimento e a produção textual.

### **2.3 A relação entre a Leitura e a Escrita**

A conexão entre o que uma pessoa lê e o que ela depois escreve, segundo Bazerman (2006, p. 12) parece tão óbvia que chega a ser um truísmo. Teorias e pesquisas atuais sobre a escrita se contentaram em deixar a relação como um truísmo, sem fazer nenhum esforço sério para definir os mecanismos e as consequências da interação entre leitura e escrita.

Neste sentido, corroboramos com o autor quando o mesmo comenta que a determinada falta de atenção para essa relação essencial do letramento levar a acontecer em parte dos muitos divórcios disciplinares nos estudos da linguagem durante a última metade do século XX. Para Bazerman (2006), “o discurso público foi embora levando consigo a retórica; a linguística chama para si todo comportamento linguístico hábil”.

Neste contexto, de acordo com, Bezerra (2010, p. 46), “existe na sociedade atual uma grande variedade de textos exigidos pelas múltiplas e complexas relações sociais, em todos os contextos, e em vários formatos, tanto físicos como virtuais”. Assim, torna-se necessário que o livro amplie sua variedade textual, ficando sob a responsabilidade e direcionamento do professor, suprir a necessidade do livro didático, com outras publicações que possam dar suporte ao ensino da língua portuguesa e conseqüentemente à leitura.

No entanto, essa forma de discurso tem se concentrado principalmente na linguagem

oral, onde a sociologia e a antropologia se apresentam como um ambiente mais agradável e compreensível para o estudo e o entendimento do contexto social e do significado do letramento. De acordo com Bazerman (2006), nesse contexto, o inglês tem com grande satisfação se livrado da leitura ordinária para se preocupar apenas com a leitura mais prestigiosa da crítica literária.

O processo de escrita é solitário e individualizado, no que diz respeito ao educando, colocando-o em uma situação de concentração total, uma vez que esse processo depende exclusivamente dele. No entanto, cada situação é individualizada e difere uma da outra, sendo que o aluno para praticar a escrita, deve ser incentivado a isso e ter uma determinada gama de conhecimento do contexto que irá escrever.

Um dos pontos de vista mais antigos, com antecedentes remotos, defendeu que um escritor neófito era um aprendiz de uma tradição, tradição esta que o escritor conhecia através da leitura. O aluno iniciante estudou regras e praticou formas específicas derivadas do melhor da escrita anterior; a análise e a imitação de textos reverenciados foram o centro de um estudo mais avançado da escrita. O caminho para uma escrita boa era o de se modelar nos contornos da grandeza prévia (BAZERMAN, 2006, p. 12).

O melhor caminho para uma boa escrita é através do conhecimento prévio da temática que se vai discorrer, uma vez que sem esse conhecimento o educando ficará apenas com suposições inconsistentes e frágeis mediante aos fatos concretos que sua escrita irá despertar no seu leitor. Assim, as referências devem ser sempre lembradas, embora que de forma submissa, mas sempre visíveis, mesmo que submissas para quem for ler o escrito.

Embora a teoria corrente da escrita em grande parte rejeite esse modelo tradição/aprendiz por ser estultificador, ou seja, para Bazerman (2006, p. 12), tornar o aluno um tolo, professores de outras disciplinas acadêmicas ainda o acham atraente, porque escrever nas disciplinas de conteúdo requer domínio da literatura disciplinar.

No entanto, discordando do pensamento de Bazerman (2006), entende-se que em se tratando de um assunto de domínio por parte do aluno, ele vai certamente desenvolver alguma escrita, se for estimulado. No entanto, no que se refere à produção escrita sobre temas e conteúdos diferenciados, quais esse educando não possua um conhecimento prévio, certamente ele terá inúmeras dificuldades para a realização da tarefa e provavelmente não terá sucesso, uma vez que desconhece o conteúdo a ser explorado.

Trabalhos recentes em escrita tem preferido enfatizar a voz original do escritor, que tem sua fonte num *self* independente. O modelo de *self* independente dá forma ao pensamento através da linguagem, alimenta investigações recentes sobre o processo da escrita, o crescimento da maturidade sintática e a fonte de erro. Na luta para expressar o *self* de forma mais próxima das fontes de seu pensamento, nós, professores, temos auxiliado o aluno ao revelarmos a lógica da sintaxe, ao pedirmos a escrita experimental e pessoal e ao oferecermos técnicas para a pré-escrita e para a criação (BAZERMAN, 2006, p. 13).

Nesse contexto, apesar de inúmeras pesquisas sobre essa questão, o chamado “self independente” pode vir a levar o educando em processo de aprendizado a desenvolver um determinado complexo de “Narciso”, onde o mesmo se limitará a desenvolver apenas as questões que são de seu conhecimento, onde para o mesmo será o suficiente, por saber desenvolver a escrita sobre as questões que envolvem seu cotidiano e vida social.

Dessa maneira, esse “self independente”, pode levar o aluno em processo contínuo de aprendizado a se resguardar em relação ao desconhecido, de ir ao encontro de novos conhecimentos e novas buscas intelectuais, para assim, desenvolver outras temáticas, em um mundo moderno de comunicação digital rápida e eficiente, onde a população estudantil tem que se adaptar de todas as formas de leitura, para assim, chegar ao processo de produção escrita.

Para Bazerman (2006, p. 13), mesmo a retórica tradicional encontra sua nova justificativa na reflexão das realidades psicológicas orgânicas. Dessa maneira, ao estabelecermos a importância da voz do escritor e a autoridade da percepção pessoal, aprendemos a dar peso ao que o aluno quer dizer, a ser paciente com o processo complexo da escrita, a oferecer simpáticos conselhos sobre como fazer em vez de o que não fazer, e a ajudar o aluno a descobrir as motivações pessoais para aprender a escrever.

Nesse sentido, entende-se que o aluno deve ter seu discurso e percepção respeitados, uma vez que a produção escrita é de seu cunho e por sua vez o professor servirá como um elo entre o conhecimento e o aprendizado, mas nunca se colocando como o dono do conhecimento, mas como um facilitador da aprendizagem.

No entanto, a liberdade na escrita não deve de forma alguma, ser confundida como uma produção anarquizada, onde, o autor não possui compromisso com o contexto de sua produção escrita, uma vez que a questão está voltada para o desenvolvimento da escrita através da leitura e a busca de novos conhecimentos por parte do educando.

Se como professores de escrita queremos preparar os nossos alunos para entrar nos intercâmbios escritos das disciplinas escolhidas e nas várias discussões de interesse privado e público, precisamos cultivar as várias técnicas de absorção, de reformulação, de comentário e de uso da leitura (BAZERMAN, 2006, p. 14).

Neste contexto, o educador não pode de forma alguma se contrapor aos argumentos literários, didáticos ou de aprendizados para a aquisição da leitura, para se chegar a um melhor desenvolvimento da escrita. Dessa maneira, o professor deve procurar sempre se manter atualizado nos novos contextos educacionais e de desenvolvimento da leitura e da grafia, onde não existe uma fórmula pré-estabelecida para se ter o domínio concreto da escrita e suas constantes atualizações.

Bazerman (2006) afirma que, no modelo tradição/ aprendiz, tais habilidades foram nutridas apenas implicitamente sob a tarefa geral de seu trabalho de pesquisa, mas não receberam uma atenção explícita e cuidadosa. Assim, apenas o acesso à tradição (coleta de informação) e o reconhecimento da tradição (documentação) foram focalizados na instrução. Contrapondo a tal situação, entende-se que, em se tratando de ensino aprendizagem e especificamente relacionado à escrita, onde todo o seu contexto deve ser praticado com seriedade e competência por parte do professor, por tratar-se de algo que o aprendiz irá fazer uso durante sua vida acadêmica e social. Assim, na realidade da educação globalizada e digital, o educador deve possuir uma postura adequada e voltada para o acompanhamento do novo, da nova era moderna.

Os paradigmas do passado, que colocavam o educador como o centro da informação, são considerados como um processo de retrocesso da educação. Dessa forma, todo processo educacional deve ser sim levado a sério e não apenas um exercício efetivo de avaliação da leitura forma.

Neste sentido, corroboramos com o pensamento de Bazerman (2006), ao comentar que existe a possibilidade de que ao pedirmos para que nossos alunos escrevam somente sobre suas experiências pessoais e sobre o seu meio social, eles se aproveitem apenas das suas conversações anteriores, em que ainda não estão engajados ao conhecimento geral de mundo e das ciências.

É provável que em algumas situações, alguns alunos, quando forem requisitados a fazer sua produção escrita, possam se sentir limitados pela falta de conhecimento literário sobre o contexto escolar em que o mesmo está inserido. Dessa maneira, existe a possibilidade

de que a falta de conhecimento sobre temas diversificados venha a ser uma barreira intelectual para esses educandos.

A leitura pode ser apresentada como uma nova forma de mostrar novas oportunidades conversacionais que possam levar os alunos a saírem do âmbito da sala de aula, e a partir de então, entrarem no universo das comunidades públicas, profissionais e acadêmicas. Assim, esse conhecimento que lhes será mostrado através a leitura, em um contexto mais amplo, que o espaço da escola, será uma prévia de seus aprendizados futuros, sendo eles acadêmicos ou sociais.

## **2.4 A Produção Textual**

Segundo Bakhtin (2011, p. 330), o texto oral ou escrito, é o dado primário de todas as disciplinas, e, de um modo mais geral, de qualquer pensamento filosófico humanista, onde se inclui o pensamento religioso e filosófico em suas origens. Assim, “o texto representa uma realidade imediata do pensamento e da emoção, a única capaz de gerar essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto, também não há objeto de estudo e de pensamento”.

Neste sentido, entende-se que o texto é à base de sustentação de todo o conhecimento científico, pois, através dele a humanidade pôde e pode acompanhar sua evolução e comparar com o seu passado. Porém, não nos referimos ao contexto escolar, mas sim, ao que representa a escrita para a história da humanidade e suas ciências.

Se tomarmos o texto no sentido amplo de conjunto coerente de signos, então também as ciências da arte (a musicologia, a teoria e a história das artes plásticas) se relacionam com textos (produtos da arte). Pensamentos sobre pensamentos, uma emoção sobre a emoção, palavras sobre as palavras, textos sobre os textos. É nisto que reside a diferença fundamental entre nossas ciências (humanas) e as ciências naturais (que versam sobre a natureza), embora também aqui a separação não seja estanque (BAKHTIN, 2011, p. 330).

Neste contexto, para que haja a produção textual científica ou escolar que seja, há a necessidade de se ter consciência de que o conhecimento não é estanque. Dessa forma, ele é dinâmico e constante, evolui conforme as descobertas científicas sejam elas nas ciências humanas ou naturais.

Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar (MOURA, 2018, p.1).

Dessa maneira, toda produção textual relacionada às ciências, seja ela na academia ou na escola, deve ter seu embasamento em pesquisas dantes realizadas. Assim, para que essas novas informações, doravante descritas através da produção textual, tenham sua base firme, em conceitos amplamente debatidos e não simplesmente escritas produzidas ao acaso.

De acordo com Bakhtin (2011, p. 330), no que se refere ao campo das ciências humanas, “o pensamento, enquanto pensamento nasce no pensamento do outro que manifesta sua vontade, sua presença, sua expressão, seus signos, por trás dos quais estão as revelações divinas ou humanas”.

Dessa maneira, a produção textual científica surge através da dúvida, da crítica e das observações derivadas do que já foi escrito sobre determinado assunto ou pesquisa. Assim, entende-se que o sentido crítico ou observatório de uma produção textual é considerado uma revolução do pensamento nas ciências humanas, onde paira o nascimento da dúvida, da não aceitação do pré-determinado.

É necessário que o professor educador possa ter uma formação de qualidade, para que a partir daí possa repassar uma formação cidadã crítica capaz de transformar o meio social que se vive. Neste sentido, o professor Heliud Moura (2017), orientou sobre a importância do ensino inovador voltado para leitura e produção de textos, e as inovações para o ensino da gramática e da produção textual como habilidade da escrita e também da oralidade.

O ensino da língua deva dar-se através dos textos é hoje um consenso tanto entre linguistas teóricos como aplicados. Sabidamente, essa é, também uma prática comum na escola e orientação central dos PCNs. A questão não reside no consenso ou na aceitação deste postulado, mas no modo como isto é posto em prática, já que muitas são as formas de se trabalhar o texto (MARCUSCHI, 2008, p. 43).

Assim cabendo ao professor tentar superar na sala de aula as deficiências do sistema e com o conhecimento possuído passar aos seus alunos de forma tradicional (lousa e pincel) o conteúdo a ser aprendido, porém buscando acrescentar um senso crítico, a partir do assunto estudado no cotidiano escolar.



Para Bakhtin (2011, p. 331), “todo texto tem um sujeito, um autor que fala e escreve”. Ele possui formas, aspectos e sub aspectos que o ato do autor pode assumir. Assim, o estudo linguístico pode, até certo ponto, abstrair-se completamente da autoria.

O educando deve ser compreendido pelo educador como um produtor intelectual, onde as questões relacionadas aos aspectos sociais, econômicos e culturais devem ser sempre respeitadas. A individualidade na escrita do aluno é algo que deve ser explorada e incentivada pelo professor, onde o educando é o centro das atenções e o educador um incentivador dessa produção intelectual.

Ver e compreender o autor de uma obra significa ver e compreender outra consciência: a consciência do outro e seu universo, isto é, outro sujeito (um tu). A explicação implica uma única consciência, um único sujeito; a compreensão implica duas consciências, dois sujeitos. O objeto não suscita relação dialógica, por isso a explicação carece de modalidades dialógicas (outras que não puramente retóricas) (BAKHTIN, 2011, p. 331).

O ambiente nativo do escritor não deve ser ignorado, mas sim levado em consideração por parte do professor, uma vez que se trata de uma obra autêntica e de cunho individual, onde o aluno está colocando seu ponto de vista e suas características pessoais em seus escritos. Então, os aspectos estilísticos e atemporais que possam ser representados pelo aluno em seu texto, devem ser compreendidos pelo educador, de forma a ajudá-lo, quando necessário, mas sem repreensão e sim com compreensão, por tratar-se de um aprendiz em fase de descobertas.

De acordo com Bakhtin (2011, p. 339), a compreensão sempre é, em certa medida, dialógica. Assim, a diversidade de formas e de aspectos da compreensão, (domínio) da linguagem dos signos, ou seja, de um dado sistema de signos (de uma dada língua, por exemplo), devem ser sempre respeitadas.

No entanto, apesar dessa compreensão das características textuais, a produção textual por parte do aluno, deve também poder levar em conta, além de toda a gama de conhecimento do seu meio natural, se apoiar em outros conhecimentos escritos anteriormente, até sobre as mesmas questões, ou seja, uma releitura de sua produção, se embasando em uma produção feita anteriormente.

Há encontro de dois textos, do que está concluído e do que está sendo elaborado em

reação ao primeiro. Há, portanto, encontro de dois sujeitos, de dois autores. O texto não é um objeto, sendo por esta razão impossível eliminar ou neutralizar nele a segunda consciência, a consciência de quem toma conhecimento dele (BAKHTIN, 2011, p. 334).

Neste sentido, o autor pode se basear em ideias e contextos que podem ou não serem de acordo com suas justificativas, mas, esse novo processo é que poderá dar ao texto o sentido de interrogação, e de contestação, através dos quais o ser humano exercita seu pensamento. Assim, a criação de um texto baseado em uma publicação anterior, não significa uma cópia, mas sim, uma releitura do mesmo, uma nova criação, ou até uma nova execução, onde esse fato passa a ser uma nova produção textual executada pelo educando.

Dessa forma, uma produção textual criativa é sempre considerada como livre, mas, não significa que é uma descoberta baseada apenas no conhecimento empírico do aluno, de sua comunidade, de seu meio social e de seu mundo. Dessa forma, o educando sempre necessário, deve se embasar em conhecimentos advindos das ciências, sejam elas humanas ou não, que possam dar a sustentação de veracidade a sua produção.

## 2.5 A Escrita e a Oralidade uma questão social

De acordo com Marcuschi (1997), em nossos dias é impossível investigar os fenômenos da oralidade e da escrita sem uma referência direta ao papel dessas duas práticas na civilização contemporânea. Nesse sentido, também, não se pode observar de forma satisfatória as semelhanças e diferenças entre a oralidade e a escrita sem considerar a distribuição de seus usos na vida diária.

No entanto, esse tipo de análise centrada apenas no código, no que diz respeito à fala e a escrita, está se modificando gradativamente e rompendo paradigmas. Para Marcuschi (1997), muito mais do que uma simples mudança de probabilidades, esse fato representa a solidificação de um novo objeto de análise e de uma nova concepção de língua e de texto, que a partir dessa nova perspectiva, passa a ser vista e conhecida como práticas sociais.

A oralidade continua na moda. Parece que hoje redescobrimos que somos seres eminentes orais, mesmo em culturas tidas como amplamente alfabetizadas. É, no entanto, bastante interessante refletir melhor sobre o lugar da oralidade hoje, seja nos contextos de uso da vida diária ou nos contextos de formação escolar formal. O tema não é novo e tem longa tradição (MARCUSCHI, 1997, p. 125 - 126).

Neste sentido, essa prática linguística nos é apresentada como uma inovação nos conceitos educativos relacionados às práticas anteriores baseadas apenas no código. Dessa maneira, o rompimento desses padrões antiquados da educação tradicional, está cedendo espaço para o novo, para o social, para o entendimento da sociedade, para a compreensão e o entendimento das formas como as sociedades se comunicam, valorizando esses conhecimentos.

Segundo Marcuschi (1997), em relação à escrita enquanto prática social, ela possui uma história rica e multifacetada linguisticamente, onde não é linear e se mostra cheia de contradições. Nesse sentido, essas disparidades ainda são frutos de muitas pesquisas, para assim, serem esclarecidas, uma vez que a língua é viva e está sempre em constante modificação e movimento.

Numa sociedade como a nossa, a escrita é mais do que uma tecnologia. Ela se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia-a-dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Nesse sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impõe e a violência com que penetrou. Por isso, friso que ela se tornou indispensável (MARCUSCHI, 1997, p. 122).

Nesta contextualização, corroboramos com o pensamento do Professor Marcuschi no que diz respeito à escrita, pois na sociedade brasileira a diversidade cultural, social e linguística é avassaladora, e ainda é mais sobressaída quando se relaciona aos falares e costumes da realidade amazônica.

Para Marcuschi (1997, p. 125), “sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um ser que fala, mas não como um ser que escreve, o que traduz a convicção, hoje tão generalizada quanto trivial, de que a escrita é derivada e a fala é primária”.

A oralidade jamais desaparecerá, e sempre será ao lado da escrita, o grande meio de expressão e de atividade comunicativa. A oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia. Ela será sempre a porta de nossa iniciação à racionalidade. A oralidade é também um fator de identidade social, regional, grupal dos indivíduos (MARCUSCHI, 1997, p. 134).

Porém, não é necessária muita genialidade para constatar que todos os povos, indistintamente, têm ou tiveram uma tradição oral, mas relativamente poucos tiveram ou têm ou tiveram uma tradição oral, mas relativamente poucos tiveram uma tradição oral escrita. No entanto, não se trata, com isto, de colocar a oralidade como mais importante, mas de perceber que a oralidade tem uma primazia cronológica indiscutível.

Todos os povos possuem suas tradições orais e em algumas situações, como é o caso específico da Amazônia brasileira, alguns mantêm essas tradições, como também, ainda não possuem uma tradição escrita apesar de vivermos na época da modernidade. Alguns povos da floresta sequer possuem um alfabeto oficializado pelo Governo Federal do Brasil.

Dessa maneira, para Marcuschi (1997), mais urgente e relevante do que identificar primazias ou supremacias entre oralidade e escrita, e até mesmo mais importante do que observar oralidade e escrita como simples modos de uso da língua, é a tarefa de esclarecer a natureza das práticas sociais que envolvem o uso da língua (escrita e oral) de um modo geral. “Essas práticas determinam o lugar, o papel e o grau de relevância da oralidade e da escrita numa sociedade e justifica que a questão da relação entre ambas seja posta no eixo de um contínuo tanto sócio histórico como tipológico” (MARCUSCHI, 1997, p. 125).

Neste contexto, a realidade amazônica é, e deve ser tratada de forma diferenciada no contexto Nacional, em função das variedades linguísticas, em relação às complexas diversidades e culturais existentes em nossa Região. Assim, o professor de língua portuguesa deve ser um exímio observador e um cauteloso educador em relação ao seu alunado, pois, devido à imensa gama de linguagens e costumes milenares dos povos regionais, essa questão deve ser sempre respeitada, onde a cultura escrita não pode se sobrepor à oralidade e nem vice-versa.

Compreende-se que existe um determinado caráter discriminatório em relação à fala e conseqüentemente aos seus atributos como a oralidade. Dessa maneira, subentende-se que de forma quase inquisitória e autoritária, embora que submissa, as culturas orais são subjugadas marginais perante a sociedade brasileira, considerada escolarizada e literalmente letrada.

Em relação a essa realidade do contexto nacional em relação à fala e a oralidade, Marcuschi (1997) considera que desse processo advêm o fato de que certa identificação entre alfabetização e escolarização não passa de um equívoco. Pois, houve situações históricas, tal como o caso da Suécia, em que a alfabetização se deu desvinculada da escolarização.

Dessa maneira, em se tratando de Brasil e de Amazônia, todo e qualquer contexto que se refira a educação e a escolarização, sendo relacionada à oralidade, a leitura e a escrita, são assuntos e matérias a serem discutidas e analisadas, em função das disparidades, características e entendimentos multifacetados relacionados a essa temática. Assim, quaisquer afirmações determinantes sobre esses questionamentos não são consideradas definitivas, pois a língua é viva e em constante modificação.

## **2.6 A Prática da Leitura como condição para produção do Texto escrito e o desenvolvimento da Oralidade na Escola Onésima Pereira de Barros**

A relação entre teoria e prática, na formação do professor, constitui o núcleo articulador do currículo, permeando todas as disciplinas, de acordo com Buriolla (2011, p. 89), deve se ter por base uma concepção sócio histórica da educação. Assim, o ensino de Língua portuguesa na Escola professora Onésima de Barros, em Santarém - PA, com a abordagem da oralidade como recurso de construção da leitura e do texto escrito, foi desenvolvido de forma bastante proveitosa, proporcionando grande aprendizado aos alunos do ensino fundamental e o conteúdo necessário para o desenvolvimento da pesquisa sobre essa temática.

A partir da Pesquisa realizada, pôde-se perceber a figura do professor como o elo entre o saber e o educando, onde o educador manteve uma postura adequada ao exercício da sua profissão, repassando os conteúdos de maneira coerente com o contexto abordado, procurando abordar conteúdos atuais. Assim, os docentes fizeram abordagens textuais, contextuais e intertextuais em suas aulas, buscando sempre estimular o senso crítico dos alunos, sempre respondendo de forma satisfatória as dúvidas de seus educandos.

Neste contexto, corroboramos com o pensamento de Moura (2017, p. 18), qual ele afirma que, “o professor deve reconhecer os pensamentos de outras áreas. O mesmo deve permitir o diálogo a dialogia entre o educador e o educando”. Desta forma, o educador deve facilitar e incentivar o uso de suportes eletrônicos e aceita-los como complemento de aprendizagem da língua portuguesa, onde, esses suportes poderão ajudar os alunos a produzir textos baseados em seus conhecimentos adquiridos através da internet.

De acordo com o educador, o uso de gêneros variados trabalhados em sala de aula, desde a oralidade, a leitura e a produção textual, com uma linguagem acessível ao

aprendizado dos alunos, é de grande importância para o desenvolvimento do educando, em relação à sua expressão oral, sua leitura e escrita. Assim, suas aulas possuem como base, diversos textos, com temas multidisciplinares, nos quais sempre que possível, possuem relação com o cotidiano dos alunos.

Seguindo esse raciocínio, Moura (2017, p. 16), comenta que “o professor tem a autonomia para criar seus mecanismos para desenvolver nos alunos o interesse pela leitura e a escrita”. Dessa forma, o professor deve incentivar o educando a ter um bom conhecimento de seu meio ambiente, de sua região e cultura, para que o mesmo possa ter um senso crítico, e assim, produzir textos com conhecimentos adequados a sua realidade vivida.

Nesse sentido, para o educador de língua portuguesa, que foi uma das ferramentas e o objeto desta pesquisa: “se o professor utiliza princípios didáticos voltados especificamente para o ensino da língua materna, como também, de terminologias técnicas, onde se procura esclarecer essas fundamentações, o ciclo do processo de ensino aprendizagem está se compondo”. Assim, o comprometimento do professor com a educação e com o ensino de seus alunos, é de fundamental importância para uma boa educação, mesmo se tratando de escola pública, onde as adversidades de recursos didáticos são grandes.

## **2. 7 A Leitura norteando os caminhos para um bom aprendizado dos alunos no Ensino Fundamental na Escola Onésima Pereira de Barros**

Através da pesquisa realizada, verificou-se que o professor de Ensino Fundamental, além de ter domínio do conteúdo que aborda em sala de aula, ele deve manter sempre, perante seu alunado, uma postura ética de um profissional comprometido com sua função de educador, onde deve se posicionar de forma imparcial, em relação a todo o processo que envolve o ensino aprendizagem da língua portuguesa. Assim, ele de procurar mostrar aos seus alunos que possui domínio de conteúdo e total domínio comportamental da turma.

Neste sentido, em uma das aulas sobre leitura em sala de aula, a educadora utilizou o livro “A Menina que Roubava Livros” (The Book Thief, no original), que é um romance juvenil do escritor australiano Markus Zusak, publicado em 2006. No Brasil, sua obra foi lançada em 2007 e foi traduzido por Vera Ribeiro, e é recordista de vendas no País, com 105 mil exemplares.

Dessa forma, percebeu-se que a leitura despertou nos alunos a curiosidade da adolescência embutida nos olhares atentos de cada aluno presente na sala de aula, onde todos, sem exceção esperavam pelo momento de ter sua participação na leitura da trama, que era desenrolada no período da Segunda Guerra Mundial. Assim, percebeu-se o interesse pelo desconhecido, pelo assustador e encantado, pois a narrativa era descrita pela figura mitológica da “Morte”.

Entende-se que a professora ao sugerir essa literatura infanto-juvenil foi deveras feliz e agraciada por seus alunos, em função de se tratar de uma aventura com ares emocionantes do desconhecido, assuntos esses que são de muita aceitação pelo público “Teen” adolescente. Assim, entende-se que não basta o educador ter a autoridade em sala, ele deve entender e conhecer os anseios dos seus alunos, por temáticas diferenciadas, onde ele venha a contribuir de forma positiva com o aprendizado, instigando criativamente o hábito da leitura.

Dessa forma, em relação ao professor quando indagado sobre sua visão do Processo de desenvolvimento da prática da leitura, no Ensino Fundamental, na Escola Onésima de Barros, ele afirmou que:

Aqui na escola nos costumamos enfatizar muito junto aos nossos alunos sobre a grande importância que a leitura possui, não só na sala de aula, mas no seu cotidiano, onde tudo aquilo que ele vê, tudo o que observa, que ele convive, que ele sente, ele pode criar informações, ele pode criar o texto, a sua produção textual. A leitura não está direcionada unicamente ao livro didático. Aqui na Escola o aluno pode escolher o que quer lê, ele tem essa liberdade de escolha na leitura em sala de aula (E1).

Neste contexto, percebeu-se que a professora, apesar de dar a liberdade de escolha na leitura para os seus alunos, em algumas ocasiões ela direcionou as leituras para temáticas que envolvem tanto a questão da literatura infanto-juvenil que envolvem os gêneros de aventura, quanto a questão da verossimilhança, onde o aluno se coloca na posição do personagem. Assim, através da interpretação do texto, o educando da escola demonstrou procurar dar o retorno de seu aprendizado ao educador de língua portuguesa, em relação a prática da leitura.

Para o professor (E1), “não é só um trabalho direcionado aquilo que o professor quer. Alguns alunos do Ensino Fundamental possuem hábitos constantes da leitura, onde eles em função disso, visitam muito a Biblioteca da Escola. Eles dão a sugestão de leitura e assim trabalham as ações dentro de sala de aula, onde eles exercitam a prática de leitura e são avaliados por suas ações”.

Dessa maneira, quando a escola e os professores realizam suas tarefas básicas, eles



estão cumprindo com um papel de suma importância para a sociedade, que é assumir suas responsabilidades sociais. Assim, quando esse procedimento é realizado, possibilita aos educandos o domínio dos conhecimentos culturais e científicos.

Assim, percebeu-se que na busca por uma melhor e adequada forma de ensino e da prática da leitura em sala de aula, o professor de língua portuguesa se utilizou do suporte eletrônico (aparelho celular/ tablet) em algumas de suas aulas, de maneira ordenada e em comum acordo com os alunos. No entanto, o educador explorou a tecnologia de maneira consciente e cautelosa, uma vez que essa prática possui restrições legais nas Escolas do Estado do Pará.

Nesse contexto, entende-se que a utilização dos aparelhos eletrônicos em sala de aula, para fins específicos de pesquisa, da língua portuguesa, por parte do professor, não desobedeceu à Lei Estadual de Nº 7.269, de 6 de maio de 2009, que determina e delimita o uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula. Assim, a Lei especifica que fica proibido o uso de telefone celular, MP3, MP4, PALM e aparelhos eletrônicos congêneres, nas salas de aula das Escolas Estaduais do Estado do Pará.

A Lei Nº 7.269 determina que quando as atividades forem praticadas fora da sala de aula, sua aplicabilidade também será válida e fiscalizada pelo professor, responsável pela turma em questão. A determinação Estadual também afirma que, fica compreendido como sala de aula “todas as Instituições de Ensino, Fundamental e Médio do Estado do Pará”.

Dessa maneira, o educador pôde se beneficiar dos suportes tecnológicos, utilizando-os juntamente com seus alunos, para fins de pesquisa em sala de aula. No entanto, de acordo com a Direção da Escola, fora desses fins educativos, o aluno não deverá fazer utilização desses meios eletrônicos em sala de aula, sob pena de notificação escrita, aos seus pais ou responsáveis.

Entende-se que o diálogo entre os textos utilizado pelo professor em sala de aula, foi considerado como positivo, onde através do contexto produzido pelo sujeito da ação pode se estabelecer uma relação entre o conhecimento adquirido através de sua leitura e o processo de reescrever sobre a temática, de acordo com o seu entendimento e o seu pensamento sobre o referido questionamento. Dessa maneira, percebeu-se ao longo da pesquisa que houve o encontro de dois textos, do que está concluído e do que está sendo elaborado em reação ao primeiro.

Neste sentido, a leitura em sala de aula, no contexto desta pesquisa, se deu através dos inúmeros suportes trabalhados pelo educador, inclusive os suportes digitais, uma vez que era utilizado o Livro didático, a Revista em quadrinhos, o Jornal impresso e as publicações paradidáticas (literatura infanto-juvenil). Dessa forma, o processo de aprendizado e de exercício da leitura, foi trabalhado como uma necessidade para o desenvolvimento das aulas de língua portuguesa, colocando em prática todo o conhecimento acumulado pelo educador de língua portuguesa, ao longo de sua graduação, na Universidade.

Por outro lado, mesmo com o auxílio da tecnologia, a leitura ainda é considerada como essencial dentro do desenvolvimento intelectual do aluno do ensino fundamental, onde gradativamente esse aprendizado, servirá como suporte para a execução da produção escrita. Dessa maneira, esse “link” de consecutivos conhecimentos, conseqüentemente levará ao processo necessariamente mostrará essas informações, à exposição perante aos seus colegas de turma, de forma oral, através da apresentação dos “seminários”, em sala de aula.

Dessa forma, a leitura nos é apresentada nesse contexto, como o ponto de partida para que o aluno obtenha informações de cunho científico e geral, de uma maneira mais confiável e fidedigna. No entanto, resta ao professor direcionar o seu aprendiz ao caminho certo da leitura, pois, nem sempre o que está escrito no mundo cada vez mais digital, pode ser considerado como verdadeiro.

Compreende-se, através das informações coletadas em sala de aula, no decorrer da pesquisa, que é através do conhecimento teórico que o educando tem a possibilidade de conhecer os conceitos científicos de todas as áreas do conhecimento humano. Dessa forma, o aluno também, terá acesso através da leitura, seja ela, em suporte digital ou impresso, aos diversos caminhos da literatura, tanto regional, nacional e mundial. Assim, toda essa gama de conhecimento servirá como embasamento para o seu mundo escolar, onde ele poderá vir a criar o seu ponto de vista sobre inúmeros conceitos pré-estabelecidos ao longo de sua vida escolar.

Nesse sentido, compreende-se que o processo de ensino da língua portuguesa, com ênfase na leitura, na produção textual e na disposição dessa produção, de forma oral e argumentativa, deve ser praticado em sala de aula e incentivado pelo professor. Assim, o educador dará ao seu educando a oportunidade de desenvolver seu conhecimento de forma globalizada, sobre temas diferenciados e posteriormente produzir seus escritos, como também,

expor sua produção de forma oral perante seus colegas em sala de aula.

No entanto, o processo que envolve a prática da leitura em sala de aula, também, encontra certa resistência por parte de alguns alunos, ele não é uniforme. Assim, quando indagado sobre a maior dificuldade que o educando demonstra em relação a leitura, no Ensino Fundamental, na Escola Onésima de Barros, o educador afirma que:

A maior dificuldade que nós enfrentamos é com aqueles alunos que possuem o hábito da prática da leitura em casa, nunca foram incentivados por seus familiares. Entendo que esse processo deve começar em casa, a partir do momento em que a criança começa a ler, na infância, deve ser um compromisso da família introduzir a leitura na rotina dessas crianças (E1).

Dessa maneira, entende-se que se os alunos possuísem o incentivo da família, no que diz respeito ao desenvolvimento e a prática da leitura, a escola seria uma sequência desse processo, uma vez que a prática leva a perfeição. No entanto, vale ressaltar que se trata de uma abordagem em uma escola pública, do interior do Estado do Pará, na periferia do Brasil, onde o hábito da leitura é pouco difundido, restando a poucos professores, entusiastas da língua portuguesa o árduo caminho do ensinamento dessa prática.

De acordo com o (E1): “a falta de incentivo para a leitura em casa é a causa das dificuldades de leitura na escola, pois, quando o aluno é incentivado em casa, a escola é um complemento para ele”. Assim, as atitudes dos responsáveis pelo educando, em casa, devem ser as de buscar mostrar ao adolescente que a leitura é o melhor caminho para se chegar ao conhecimento e a sabedoria. Evitando que no futuro educacional, ele venha a ter dificuldades em relação ao seu aprendizado.

Os conhecimentos adquiridos na Universidade são diferentes da prática, onde a realidade do cotidiano escolar é adversa, de acordo com a sociedade em que o mesmo estará inserido. Assim, cabe ao professor buscar se avaliar e rever seus conceitos e em algumas situações, até se reinventar, em relação à prática pedagógica (E1)

Dessa maneira, o conhecimento adquirido pelo professor da pesquisa durante sua formação superior, foi determinante para lhe permitir compreender que a teoria estudada pelos docentes de língua portuguesa, de diferentes naturezas e contextos, pode ser experimentada em tempos e espaços distintos, de maneira crítica e reflexiva. Sendo dessa maneira, explorada pelos alunos do ensino fundamental em sala de aula.

Assim, entende-se que os educadores precisam de formação teórica e da concretização da teoria na prática, adquiridas em situações didáticas. Neste sentido, o conhecimento adquirido na Universidade, por parte do professor, é de suma importância, sendo na prática docente um grande aliado dentro das aulas de língua portuguesa, uma vez esse suporte se mostrou eficiente e foi repassado de forma adequada para os seus educandos em sala de aula.

Dessa forma, a pesquisa nos mostrou que apesar, de o educador ter direcionamento, manter a turma disciplinada e ter colocações firmes com seus alunos, ele às vezes trouxe para eles, momentos de descontração e dinamismo em suas aulas, onde buscou realizar atividades relacionadas e direcionadas com a regionalidade e com o cotidiano do seu alunado, de forma crítica e construtiva para um aprendizado multidisciplinar e a construção da Língua Portuguesa.

Neste contexto, através da pesquisa observou-se que o conteúdo dos inúmeros suportes que foram utilizados pelos alunos, foram previamente preparados pelo professor, de forma a direcionar a leitura para as questões que foram abordadas em sala de aula, de forma crítica pelo educando.

Outro ponto correspondente a essa questão, é produção textual, baseada no embasamento teórico adquirido em função de determinado assunto e das leituras realizadas em sala de aula, onde se notou que o professor procurou orientar o seu alunado, de forma com que ele escrevesse seus textos com originalidade e veemência, mostrando suas características, suas particularidades no ato de escrever.

Dessa forma, após o processo de leitura dos mais variados gêneros, escolhidos pelos alunos, que foram desde trechos do Livro Didático, até a Revista em quadrinhos. Provando dessa maneira, que a prática da leitura pode promover um grande entusiasmo e maior facilidade para o desenvolvimento da escrita do aluno em sala de aula.

Nesse sentido, observou-se que o educador da pesquisa, buscou em suas atividades de leitura em sala de aula, através de sua dinâmica, a melhor forma de concentração para a fixação das temáticas, através da leitura individual e silenciosa. No entanto, apesar da determinação e do estabelecimento das regras para as atividades, alguns alunos, em função da vitalidade da adolescência e/ou das inúmeras questões sociais que envolvem o educando de uma escola pública, tendem a desrespeitar o ordenamento silencioso para a prática leitora.

De acordo com as observações feitas nesta pesquisa, comprovou-se que o professor se

manteve de forma amigável com os alunos, em relação ao processo de leitura, mas impondo sua autoridade de professor, não de uma forma arbitrária, mas de maneira controladora de ânimos dos educandos adolescentes, onde a partir de então, a leitura passa a ser através da exposição oral, individual e em frente ao quadro branco.

Assim, antes do início dessa dinâmica, o educador justifica a necessidade da oralidade para os mesmos, não de forma punitiva, mas como um suporte para as futuras apresentações orais, em sala de aula. Assim, as aulas ministradas pelo professor em sala de aula, apresentavam como base de leitura e referência para a produção textual, publicações que mostrassem, sempre que possível, uma determinada imparcialidade em relação a temáticas atuais, voltadas para as questões regionais.

Entende-se, que essa relação do cotidiano da sociedade e da regionalidade do aluno é de certa forma bem explorada pelos educadores de língua portuguesa no decorrer da pesquisa. Dessa maneira, esse fato nos leva a crer que é necessário que o professor moderno de língua portuguesa tenha uma formação continuada, onde através da permanente, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática.

Dessa forma, o professor considerado “educador” deve pensar criticamente a prática de hoje, visando o que se pode melhorar para a próxima prática. Assim, o processo de ensino da língua portuguesa deve ser visto pelo educador como algo em evolução, podendo constantemente ser modificado, pois, “a língua é viva” e está sempre em constante processo de modificação.

Ao longo da pesquisa, o professor procurou desenvolver bem suas atividades e buscaram melhorias para os alunos, desenvolvendo atividades com textos interpretativos condizentes com a realidade dos mesmos. Nesse sentido, o educador buscava intervir de forma construtiva, buscando realizar o debate em torno da reflexão crítica e multidisciplinar, em relação ao contexto abordado por ele.

Entende-se, que o educador da língua portuguesa não deve se permitir ficar “estagnado e engessado”, em sua profissão, ele deve acompanhar a evolução da tecnologia, a mudança de paradigmas e evoluir psicologicamente, no que diz respeito ao seu ser e em relação a adequação do novo em sua carreira pedagógica.

Desta maneira, em relação aos conteúdos utilizados pelo educador em suas aulas, constatou-se que a base dos assuntos passou por um determinado planejamento de curso, onde

em sua totalidade fora feito de acordo com os outros professores de Língua Portuguesa da Escola, em período hábil e dedicado exclusivamente a esse propósito. Assim, após o referido levantamento e execução desse serviço técnico específico, houve o acompanhamento e aprovação por parte do corpo pedagógico e posteriormente pela direção da escola.

Em suma, no referente à prática de ensino da língua portuguesa e a prática da leitura, o educador da pesquisa, se mostrou capacitado para o exercício da profissão e que os instrumentos usados por ele para as suas avaliações contínuas de seus alunos foram satisfatórios e modernos.

Dessa forma, para atuar no exercício do magistério, o professor deve obrigatoriamente procurar participar de capacitações e seminários, buscando enriquecer-se de práticas e metodologias que facilitem e ajudem a participação dos alunos em sala de aula.

## **2.8 A Leitura como suporte ao desenvolvimento da Produção Textual dos alunos na Escola Onésima Pereira de Barros**

Através deste trabalho, observou-se que os educadores de língua portuguesa, que foram objetos de referência no trabalho, se mantiveram sempre com o comprometimento do fazer pedagógico e com o ensino da língua materna. Assim, a postura desses profissionais foi considerada como exemplar em sala de aula, onde os mesmos procuraram dentro de suas metodologias de ensino, mostrar a necessidade do entendimento da língua portuguesa, por parte dos seus alunos.

Neste sentido, a produção textual dos educandos em sala de aula, nos pareceu ser tratada pelo professor de forma democrática, uma vez que em princípio, a temática dos exercícios é livre era e de cunho pessoal. No entanto, apesar da liberdade inicial na escolha dos temas, os alunos poderiam consultar alguns artigos de jornal, revistas e/ou o livro didático. Assim, aconteceram as primeiras produções e posteriormente outras, com temáticas variadas.

Dessa forma, entre os temas com mais enfoque e desenvolvimento pelos alunos do gênero masculino, destacamos as produções relacionadas aos seus cotidianos, como suas atividades de lazer, nos finais de semana e férias. Assim, enquanto os alunos de gênero feminino optaram por questões relacionadas às suas próprias produções, suas criações enquanto autoras de contos e romances, onde alguns chegaram a ter destaques fora da escola,

em suas produções.

Nesse contexto, compreende-se que a leitura é parte integrante para o conhecimento científico e para a produção textual. Dessa maneira, o texto e a leitura caminham juntos para o bom desenvolvimento da educação, considerando que no Ensino Fundamental, onde o aluno está na fase de amplo conhecimento e de inúmeras descobertas, a leitura é de grande importância para o desenvolvimento do intelecto e da produção textual.

No entanto, observou-se durante a pesquisa que a produção textual é tratada pelo educador com seriedade, pois, existe na Escola vários Projetos de Produção Textual voltados para o Ensino Fundamental em pleno funcionamento, como: “Desenvolvendo o mundo através da Leitura”, onde os alunos trabalham a leitura e a produção textual, através da utilização de várias publicações de autores conceituados no cenário nacional e internacional.

Por outro lado, a questão da produção textual se mostrou bem produtiva e diversificada com o desenvolvimento do Projeto Literatura de Cordel, onde os alunos do Ensino Fundamental criam seus textos e ilustram com caricaturas criadas por eles, de próprio punho. Dessa maneira, eles utilizam a linguagem própria da literatura de cordel, onde as palavras se apresentam de forma rimada e dentro de um contexto onde a ilustração se completa com o texto ou vice-versa.

Nesse contexto, percebeu-se que esse tipo de mobilização entre professores e alunos chama a atenção pela qualidade e direção que vem tomando o debate pedagógico: a problematização do que seja a educação, a aprendizagem, o ensino, os meios e os objetivos que devem ser atingidos.

Assim, paradigmas estão sendo quebrados, quando o educando possui a liberdade na escolha de sua temática, tirando dele a inibição do primeiro contato com a sua própria produção textual.

Dessa maneira, o professor quando indagado sobre o Processo de desenvolvimento da produção textual, no Ensino Fundamental, na Escola Onésima P. de Barros, respondeu que:

Na Escola Onésima de P. Barros começamos um trabalho e em cima deste trabalho estamos tendo êxito, normalmente quando recebemos os alunos a partir do sexto ano, começamos a introduzir a leitura como uma forma habitual de sala de aula. Esse aluno chega com muitas dúvidas em relação a língua forma e não formal, então, a partir de todo um trabalho de leitura desenvolvido em sala de aula, ele vai melhorando sua escrita e sua oralidade. É um processo que começa no sexto ano, a partir da leitura, pois, o aluno que lê bem, fala bem e automaticamente escreve melhor (E2).



Nesse contexto, entende-se que apesar de o aluno não possuir a prática da leitura e da produção textual, ele é trabalhado em sala de aula, de forma sucinta, porém, eficiente, por parte da professora, uma vez que o processo de desenvolvimento da produção textual depende de prática e desenvolvimento da escrita. Assim, a falta de um melhor entendimento das relações entre a teoria e a prática se deve principalmente à ausência de conhecimento e do pensamento crítico.

Dessa forma, entende-se que ensinar a escrever em nosso País, não é tarefa fácil, pois, muitos fatores negativos contribuíram para esse fato. Nesse sentido, a começar por nossa história cultural, onde pouco se favoreceu a atividade escrita e conseqüentemente nos privou de muitos conhecimentos científicos e até sobre nossa própria cultura. Assim, a escrita do povo brasileiro desde o princípio da colonização não era prioridade para o Governo português.

No entanto, apesar das adversidades implantadas por um sistema de ensino que advém desde a colonização de nosso País, o educador consciente do seu papel social e histórico faz a crítica da teoria a partir da prática, graças à teoria, investiga de modo amplo, sistemático e rigoroso em relação a sua prática de ensino. Assim, esse processo também deve ser fato para o ensino da língua portuguesa, onde o professor comprometido com a educação de seus alunos incentiva o debate das ideias, do desconhecido, do novo, mas sempre se embasando nas teorias das ciências.

Dessa forma, a prática textual desenvolvida na Escola Onésima de Barros desenvolve-se de maneira paralela a leitura e de forma dinâmica. Assim, quando questionado sobre a temática e sobre a aceitação da produção textual pelos alunos em sala de aula, o educador afirma que:

A prática da produção textual ocorre de forma variada e dinâmica, onde trabalhos com temáticas diferentes, respeitando a individualidade de cada aluno. Nós temos alunos com dificuldades advindas das séries anteriores, onde, em alguns casos possuem uma certa barreira na hora de escrever, pois, não houve a prática da leitura e da produção escrita. Mas nós não desistimos e continuamos a incentivar a leitura e a produção textual. Por outro lado, nós temos alunos que escrevem muito bem, que praticam com habilidade a construção textual, tanto em poesias como na forma de interpretações textuais (E2).

O educador compreendeu o verdadeiro sentido de ensinar e de que seus alunos são diferenciados, que eles advêm de diversos contextos sociais e se fixaram no âmbito da escola pública. Dessa maneira, o profissional mostrou-se comprometido com sua profissão e exerceu com “maestria” o papel de mediador social, onde ele proporcionou ao seu educando a tranquilidade para a execução dos primeiros escritos textuais e a sua primeira criação, de forma ordenada.

Entende-se que esse processo de criação textual pode representar um determinado “tabu” e para alguns alunos pode ser altamente desconfortável, em função de sua exposição frente ao professor, que para ele poderá representar uma barreira. Seus escritos e convicções serão expostos a uma segunda pessoa, o professor.

Nesse sentido, o professor procurou sempre orientar seus educandos em sala de aula a não produzir apenas por produzir, escrever apenas por escrever, para que ele não viesse a escrever várias páginas sem uma contextualização coerente, ou apenas para aumentar o número de páginas de sua produção. Assim, o educador mostrou-se um mediador e buscou estar sempre atento para esses desvios, no processo de ensino aprendizagem da escola.

Daí a sensibilidade do educador para lidar com essas situações, onde o profissional sai de sua zona de conforto e procurará entender o problema do próximo, que é seu aluno. Assim, a evolução do aluno em relação à sua produção textual deve ser motivo de orgulho para o educador, pois, o aluno aprendendo, é sinal que o professor está ensinando bem. A esse respeito, o educador afirma que:

Ao final do ano nós mostramos para o aluno como ele evoluiu ao longo do ano, comparando seus escritos e mostrando sua evolução. Não existe uma receita pronta para se produzir um texto, depende do gênero textual que o aluno vai fazer, da temática, ou do lado individual de cada pessoa tem para escrever, onde existem pessoas que escrevem melhor um poema, outras, textos narrativos e outras escrevem melhor um texto dissertativo. Então, existe uma conversa prévia antes do início de cada atividade de produção textual, situando cada tema a sua prática (E2).

É necessário que se trabalhe com a diversidade de gêneros em suas especificidades, desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, pois não há protótipo de texto que permita generalizações capazes de promover a competência linguística para as mais variadas situações sociais das quais participamos. O ensino dos gêneros é de grande necessidade para o aprendizado e desenvolvimento da língua portuguesa e deve a priori, ser praticado pelos educadores que trabalham com o ensino fundamental junto aos seus alunos. Assim, o

educador justifica o seu ensino, afirmando:

O maior problema do aluno é querer misturar os gêneros, pois, alguns não possuem conhecimentos variados sobre questões diversas, e assim, não conseguem desenvolver temas que possam leva-los a reflexão. Esse fato se dá em função da falta de leitura de um contexto geral, por limitar-se a um determinado tipo de assunto. Alguns possuem dificuldades com poemas e outros possuem dificuldades nos textos dissertativos, onde se deve conhecer da temática a ser abordada. Dessa maneira, nós procuramos tirar essas dificuldades desse aluno, nivelando-o aos demais, para que ele chegue ao ensino médio, preparado para prestar o exame do ENEM (E2).

Dessa maneira, o professor deve ter a sensibilidade de trabalhar junto com seus alunos com temas diversificados e com múltiplas ações, no que diz respeito ao processo de criação textual em sala de aula, uma vez que o seu educando está iniciando a prática de desenvolver suas habilidades escritas, sua produção individual escrita.

Nesse sentido, observou-se que o educador de língua portuguesa, se mostrou comprometido com seus afazeres e suas atividades junto aos seus alunos, buscando sempre tirar todas as dúvidas em relação a produção de textos de seu alunado, de forma segura e firme, no que diz respeito a sua disciplina, a transdisciplinaridade e a diversidade social de seus educandos, buscando sempre um melhor entendimento para solucionar possíveis conflitos de ideias em sala de aula.

Neste sentido, o compromisso do educador de línguas em relação ao seu educando se dá de forma harmônica e hierarquicamente, uma vez que o corpo pedagógico escolar é eficiente e fiscalizador, em relação às atividades docentes.

No entanto, notou-se que o professor buscou sempre trabalhar com os conteúdos gramaticais para dar suporte à criação textual de seus alunos, pois, a norma determina e organiza a maioria dos gêneros. Porém, a eficiência com que foi trabalhada essa temática foi determinante para que os educandos não se sentissem presos às normas gramaticais. Assim, a necessidade do ensino normativo se mostrou necessário para nortear a organização dos conteúdos e seu entendimento.

O ensino moderno da língua portuguesa no ensino fundamental da escola pública, não pode ser analisado por uma visão que contextualize de forma geral, onde ainda se vê o professor de forma “tradicional”, onde o mesmo ainda é visto como o centro das atenções e como o detentor do saber. Assim, como a língua, o seu processo de ensino é mutável e deve acompanhar as mudanças dos padrões e das formas da educação mundial.

## 2.9 A Leitura promovendo o desenvolvimento da Oralidade em sala de aula na Escola Onésima Pereira de Barros

Através desta pesquisa compreendeu-se que por meio da prática pedagógica realizada em sala de aula, o educador da Escola, buscou sempre adotar uma boa postura profissional, onde através de suas colocações e posicionamentos firmes, de suas concepções e explicações, procurou mostrar seus conteúdos aos alunos de forma direta e objetiva e sem rodeios linguísticos, procurando utilizar uma linguagem adequada para o nível de seus alunos, em relação ao ensino da oralidade e da exposição oral de seu educando.

Nesse sentido, a oralidade aqui é direcionada ao contexto educacional, onde o educando necessita da sua relação com leitura e a produção escrita, para desenvolver sua representatividade na função de apresentação de uma produção textual, onde ela atua como o principal do gênero “Seminário”.

Observou-se que durante a aula, após o processo de leitura e da produção textual por parte dos alunos, deu-se a organização para o processo de exposição oral. Dessa forma, tudo o que foi produzido pelo educando, foi planejado sistematicamente, sendo posteriormente exposto para os seus colegas de turma, através da exposição oral (seminário).

Dessa maneira, o aluno, através da exposição oral apresentará aos demais colegas da turma, os seus escritos produzidos no âmbito escolar, sobre quaisquer temáticas, direcionadas e previamente determinadas pelo professor. Assim, o professor de língua portuguesa entende que o processo de desenvolvimento da oralidade, no Ensino Fundamental, na Escola Onésima de Barros e a maior dificuldade encontrada para a sua prática, ocorre da seguinte forma:

Aqui na escola nos desenvolvemos um trabalho onde a leitura é desenvolvida junto com a oralidade, onde eles aprendem a como se portar em público, a como se apresentar à frente de seus colegas em uma apresentação, a importância de saberem a como manusear as palavras. O trabalho com a linguagem oral se dá com a apresentação de seminários, na leitura frente aos colegas, na declamação de poemas, etc. Eu sempre digo para eles que dependendo do ambiente, você deve saber utilizar a língua adequada para se comunicar. No entanto, alguns alunos se ressentem da falta dessa prática e são extremamente tímidos e em função desse fato, nós procuramos incentivar esse educando a perder essa deficiência e vencer a timidez e dominar o nervosismo, o medo de errar, o medo de não conseguir se expressar verbalmente e apresentar bem o seu trabalho (E1).

Neste contexto, entende-se que (E1) procurou trabalhar o desenvolvimento da oralidade e da apresentação em público dos seus alunos, de forma mentora, onde ela buscou dar apoio especial aos educandos com dificuldades de apresentação em público, dessa maneira, ajudando-os a vencer a barreira da “timidez”. Por outro lado, os demais alunos também, foram orientados a respeitar o espaço e a situação de cada pessoa, evitando, dessa forma, o constrangimento dos colegas com dificuldades na exposição oral.

Dessa forma, observou-se que em algumas apresentações orais, em sala de aula, que o aluno por sua vez, em grande maioria não detinha o controle total das colocações frasais e dessa maneira, necessitou de auxílio por parte do educador, para facilitar sua exposição. Assim, a ajuda do educador tornou-se de grande valia para o educado, em função da necessidade de maior conhecimento da temática e da falta de prática do gênero.

Uma temática em destaque que se percebeu durante as observações e no decorrer da pesquisa foi à apresentação do “Seminário” sobre os primeiros povos africanos a chegarem ao território nacional. Dessa maneira, os alunos foram levados a pesquisar sobre uma temática diferente da convencional, ensinada tradicionalmente nas aulas de língua portuguesa. Assim, através do incentivo a pesquisa por parte do professor, eles buscaram mostrar seus conhecimentos adquiridos em função do tema abordado para os colegas de sala de aula.

No entanto, percebeu-se que nem todos os alunos possuíam o domínio da apresentação oral, mas todos tentaram mostrar o que aprenderam aos colegas que assistiram à apresentação. Dessa maneira, entende-se que a prática do gênero “Seminário” desenvolvida pelo professor, no Ensino Fundamental é considerada como positiva, uma vez que aguça no aluno o sentido da pesquisa e da exposição oral, lhes direcionando para um melhor desempenho da oralidade e do controle emocional da apresentação em público, assim, contribuindo de forma determinante em sua vida escolar e em seu futuro acadêmico.

Dessa forma, a justificativa do educador para a utilização desse gênero específico, no Ensino Fundamental, deu-se em função da necessidade de o educando se familiarizar com as possíveis apresentações que o mesmo irá realizar durante toda a sua vida, seja ela acadêmica ou social. O professor justifica essa atividade como uma forma de treinamento, que provavelmente irá suprir as possíveis necessidades de desenvolvimento da oralidade nas apresentações em público, por parte do aluno, que ocorrerão no decorrer do Ensino Médio e até na Universidade.

Os seminários na Escola ocorreram em sala de aula, de forma a abrangerem contextos diferenciados e distintos, que vão desde contextos sociais ao estudo da língua portuguesa. Toda a organização da leitura e da escrita é determinada previamente pelo educador, onde cada grupo de alunos debatem de forma oral as temáticas expostas. Assim, o educador justifica que através dos projetos desenvolvidos na escola houve um processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa muito gratificante para sua profissão.

Os projetos de leitura na Escola Onésima de Barros estão em execução a 11 (onze) anos e os frutos são gratificantes, pois, através deles os alunos puderam ultrapassar os limites da sala de aula, mergulhar no universo de informação que o mundo possui, que muitos deles ainda não conheciam. Eles absorvem muitas informações através da prática da leitura. Muitos ex-alunos já retornaram para agradecer os incentivos da prática da leitura, após os resultados nos exames do ENEM, ou outros Vestibulares (E1)

Entende-se através deste trabalho, que é louvável a postura do professor como um mediador, como um auxiliar, que o aluno poderá recorrer na hora em que as palavras lhe faltarem, em sua oratória, uma vez, que se trata de adolescentes, em fase de amplo conhecimento e aprendizado. Assim, a figura do professor “educador”, torna-se de grande importância para o desenvolvimento dessa atividade, pois, o aluno estará se expondo aos demais, onde, alguns são mais introspectivos que outros, e assim por diante.

O professor em sala de aula, buscou mostrar aos seus alunos uma melhor explicação e teorização para a compreensão por parte deles, no que diz respeito ao entendimento da língua portuguesa como língua materna em suas apresentações orais. Assim, suas temáticas atualizadas não se baseiam apenas no livro didático, mas como um todo, em vários suportes tecnológicos e de multimídia, onde em algumas ocasiões a Região Norte e as questões da Cidade de Santarém estiveram em evidência.

Neste sentido, muito se fala, das implicações sociais e políticas, dos interesses envolvidos no processo educacional e da necessidade de se ter, ao mesmo tempo, uma posição crítica, teórica e uma visão global da educação. Dessa maneira, questiona-se a eficácia da prática educativa em relação à vida social e cultural do grupo, e procura-se examinar igualmente a aquisição de novos comportamentos. Dessa forma, entende-se que o respeito ao regionalismo de seu aluno por parte do professor foi essencial para o desenvolvimento do processo de oralidade em sala de aula.

As apresentações das produções escritas dos educandos, através de “Seminários”, é uma forma de o educador trabalhar a oralidade do seu aluno e a comunicabilidade em uma situação de socialização de seu conhecimento adquirido na escola, através de sua pesquisa. Assim, é através desse procedimento que o educando irá expor para os demais colegas de sala de aula, através do referido gênero, tudo o que foi produzido, em relação à temática determinada e orientada pelo professor de língua portuguesa.

O seminário é um gênero, que compõe a amplitude da oralidade e assim, os gêneros têm uma forma relativamente estável, que os falantes reconhecem e usam, uma vez que a linguagem só se realiza em gêneros. Dessa maneira, a quantidade e a diversidade de gêneros orais e escritos são, portanto, inesgotáveis, não sendo possível fazer um repertório ou uma lista, pois há sempre novos gêneros sendo criados e outros caindo em desuso, em função das diferentes atividades humanas ao longo da história.

O educador através das apresentações de seminários, os alunos expuseram suas temáticas e produções escritas, onde alguns se apoiaram nos auxílios tecnológicos (Computador, Data Show e Slides), outros utilizaram (Cartazes com ilustrações), enquanto que alguns usaram o quadro branco. Assim, as apresentações de modo geral ocorreram de forma democrática e livre de interferências por parte do professor.

Em suma, no decorrer das atividades de língua portuguesa, o professor manteve-se sempre atento a todos os movimentos multidisciplinares em sala de aula, levando sempre os seus alunos ao debate e a discussão de ideias. Por outro lado, os seus alunos compreenderam que apesar das dificuldades da exposição em público, em função da falta de prática do discurso, essa atividade servirá como base para o seu futuro acadêmico e social.

## **2.10. Resultados da pesquisa com uma abordagem crítico-reflexiva**

A partir da Pesquisa bibliográfica, documental e de campo, através das observações realizadas em sala de aula, sobre a leitura como recurso para construção do texto escrito e da oralidade na Escola Onésima de Barros, onde se percebeu que o professor da escola possui a postura de um verdadeiro educador em sala de aula, onde o mesmo tem domínio de classe e sua relação com os alunos é considerada boa.

Assim, o conteúdo repassado aos discentes é adequado e atual, em relação aos textos, na maioria das vezes, tinham por base de suas aulas um contexto fazendo abordagens críticas e reflexivas. No decorrer da pesquisa, viu-se que o professor abordou os conteúdos que



envolvem a leitura, a escrita e a oralidade de uma forma inter-relacionada, para que os alunos os relacionassem com fatos de seu cotidiano.

Dessa maneira, seguindo as orientações dos PCNs, onde, compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização e da própria identidade é de fundamental importância para o bom desenvolvimento da educação e para o ensino da língua portuguesa, o educador da pesquisa postou-se como um verdadeiro entusiasta do ensino da língua portuguesa, apesar das adversidades que envolvem a escola pública.

Ressalta-se a grande importância das implicações pedagógicas executadas de maneira eficiente pelo professor, como também, sua forma de conduzir a leitura, a escrita e a produção oral, em sala de aula, como também, a grande aceitação por parte dos seus alunos, sobre todas essas temáticas abordadas. O educando, antes de qualquer coisa, mostrou-se convencido das vantagens de saber ler, de escrever sobre seus conhecimentos e suas experiências cotidianas, de expor seu conhecimento frente aos seus colegas de sala de aula, como também, de poder ler e dos inúmeros benefícios que esse hábito trará para a sua vida escolar e social.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ensino da língua portuguesa na atualidade vem se modificando de forma positiva e rompendo vários paradigmas tradicionais do ensino, enraizados na sociedade educacional brasileira desde muito tempo. Assim, essas mudanças de comportamento educacional estão ajudando os educandos do Ensino Fundamental a terem representatividade, no contexto da leitura, da produção textual e da expressão oral, através da exposição de sua criação.

Neste sentido, o professor é parte do contexto em que vivemos e compartilha dessas mudanças, juntamente com seu aluno, margeados por um constante e acelerado desenvolvimento científico e tecnológico. Então, é necessário que o mesmo possa se adequar a esse desenvolvimento e deve ser dado a ele espaço e tempo para que possa também ser efetivamente um pesquisador, podendo dessa forma, planejar mais seus conteúdos e mudar sua postura frente ao seu alunado.

Através desta pesquisa pode-se vislumbrar a grande importância existente da aliança entre a teoria adquirida na Universidade e prática da atividade profissional em sala de aula. Assim, esse trabalho se desenvolveu a partir da interação junto ao professor, mas sem intervir no processo de ensino do mesmo e nem na aprendizagem dos alunos. Assim, as observações

se deram alternadas, variando entre os professores de língua portuguesa do 6º ao 9º ano, onde se procurou de maneira sucinta, apenas observar seus procedimentos e as didáticas aplicadas no ensino da língua portuguesa.

Observou-se através da pesquisa, que após o primeiro contato com as atividades propostas pelo professor, os alunos buscaram desenvolver as técnicas de leitura em grupo e individual, através da leitura silenciosa, onde a mesma se mostrou mais eficiente, em função da agitação natural dos adolescentes. Dessa maneira, no que concerne à produção textual, os alunos trabalharam sob os olhares atentos dos educadores, os seus escritos, forma individual, onde cada um produziu um determinado assunto, com liberdade de suporte tecnológico e de referência bibliográfica, para escrever e desenvolver sua temática.

No âmbito da produção oral, através das observações in loco, de forma passiva, entende-se que o educando necessita do apoio do educador para quebrar a “barreira invisível”, da exposição oral, do falar em público, da timidez adolescente e do preconceito individual em se achar inferior, por inúmeras questões, inclusive social. Assim, observou-se que cabe ao professor ser o “fiel da balança”, o elo entre o conhecimento e o seu educando. Dessa maneira, é necessário que ele se coloque na posição de mentor, de auxiliar, mas nunca se sobrepondo ao seu aluno e sempre sendo respeitado por sua posição de educador.

Ao final da pesquisa, notou-se que a revolução que o País necessita deve ser pelo viés da educação, começando pela base, pelo ensino fundamental, onde o aluno seja preparado para absorver o conhecimento, onde o mesmo saiba desenvolver suas temáticas e ao mesmo tempo, ter discernimento e capacidade intelectual para mostrar esse aprendizado a todos, sem receio de se mostrar, sem vergonha de expor suas críticas e sua produção intelectual.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAZERMAN, Charles. **Gênero, Agência e Escrita**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZZERRA, M. A. **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editoria, 2010.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisa qualitativas**. Curitiba: Educar, n. 24, p 213-225, 2004.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação à produção textual**: o ensino da escrita. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas 2007.

MOURA, Heliud Luis Maia. **Orientações metodológicas para o estágio supervisionado II em Língua Portuguesa**. (Observação no Ensino Médio). Santarém – PA: UFOPA, 2016.

\_\_\_\_\_. **Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa IV**. Santarém – PA: UFOPA, 2017.

\_\_\_\_\_. **Concepções de ensino de língua**: desdobramentos e práticas. Rio de Janeiro. Revista Philologus, Ano 23, Nº 67, 2017.

\_\_\_\_\_. **A leitura como espaço de formação docente**: para além dos conteúdos curriculares e programas. (Conferência) I Seminário do Centro de Estudos em Linguística aplicada e Educação de Professores de Inglês como Língua Estrangeira - ISCELEPI: Santarém – PA: UFOPA, 2018.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. **Oralidade e escrita**. Goiânia: Signótica, 9: 119 – 145, jan/ dez, 1997.  
Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Línguas como Patrimônio Imaterial**, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.ipol.org.br>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

PINTO, Clédison S. **Estágio supervisionado I em Língua Portuguesa**. (Observação no Ensino Fundamental). Santarém – PA: UFOPA, 2016.

ROJO, Roxane. **A prática da linguagem em sala de aula**: praticando os PCN's. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. Roxane; CORDEIRO, Glais Sales. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

TEIXEIRA, Claudia de Souza. **Ensino de gramática e análise linguística**. Rio de Janeiro: Revista ECOS, 2011. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br>>. Acesso em: 19 setembro de 2016.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Teoria Linguística e ensino**: da necessidade de trabalhar com a significação no ensino da língua materna. Artigo. Uberlândia: UFU, 2003. Disponível em:

<<http://www.ileel.ufu.br>>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução n. 187 de 23 de fevereiro de 2017. **Guia de Normalização da Produção Científica da Universidade Federal do Oeste do Pará**. Documento criado por Andréa Trindade dos Santos e Mayco Ferreira Chaves. Santarém: UFOPA, 2016.